

Padrões de segregação socioespacial na urbe carioca: o exemplo de Campo Grande – RJ

Patterns of socio-spatial segregation in Rio: the example of Campo Grande – Rio de Janeiro

Vânia Regina Jorge da Silva¹

Resumo

Este artigo se configura na retomada da pesquisa feita por ocasião do Mestrado no ano de 2009. Tem por objetivo destacar os padrões de segregação socioespacial vigentes na cidade do Rio de Janeiro. Portanto, toma como exemplo o bairro de Campo Grande ao compará-lo com outros que se configuram, assim como este, em importantes centros de comércio e serviços. Desta feita, observa as postulações de Harvey (1980), Smith (1998), Villaça (2001), Lago (2000, 2007) com o intuito de discutir o processo de segregação. Além disso, através de uma abordagem regressiva-progressiva, observa a formação do espaço urbano carioca. Também, através de dados estatísticos do IPP (Instituto Pereira Passos) e do Armazém de dados da cidade do Rio de Janeiro, foram elaboradas tabelas quanto à renda e graus de instrução de bairros e regiões administrativas em comparação com área estudada. A análise desenvolvida teve como recorte temporal o período que compreende entre a década de 1990 até o ano de 2009 pelo contexto político econômico de cunho neoliberal deflagrado a partir de então.

Palavras-chave: Segregação socioespacial. Espaço urbano. Campo Grande-Rio de Janeiro.

Abstract

This article sets the resumption of the research done during the Masters in 2009 and aims to highlight the patterns of spatial segregation existing in the city of Rio de Janeiro. Therefore, it takes as an example the neighborhood of Campo Grande to compare it with others that are configured as well as this, in important centers of trade and services. This time, there postulations of the Harvey (1980), Smith (1998) Villaça (2001), Lake (2000, 2007) in order to discuss the process of segregation. Additionally, through a regressive-progressive approach, observing the formation of urban space in Rio. Also , through statistical data IPP (Instituto

¹ Doutoranda pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Contato: rjs.vania@yahoo.com.br

Pereira Passos) and Data Warehouse in the city of Rio de Janeiro, tables were compiled in terms of income and educational levels of administrative districts and regions compared to the study area. The analysis was to cut the time period that comprises from the 1990s until the year 2009 by the political context of neoliberal economic triggered thereafter.

Keywords: Socio-spatial segregation. Urban space. Campo Grande, Rio de Janeiro.

Introdução

Este texto faz parte da pesquisa desenvolvida durante o curso de Mestrado com término no ano de 2009 na qual o objetivo era examinar o recorte espacial, Campo Grande – RJ pela perspectiva do desenvolvimento geográfico desigual (SMITH, 1998). Analisaram-se dois processos aparentemente diferentes: segregação e descentralização. Porém, quando considerados no bojo do desenvolvimento da acumulação capitalista, nota-se que configuram uma simultaneidade e são concomitantes no movimento do processo maior de ampliação do capital. Sendo assim, nesta parte da investigação deu-se ênfase ao processo de segregação tendo como exemplo o bairro de Campo Grande, localizado na Zona Oeste do município carioca. Este abrange uma área territorial de 119,13 Km² e 328.370 habitantes, segundo o censo de 2010, é o mais populoso e abriga 60,6% dos habitantes da XVIII RA de mesmo nome. Porém, sua densidade populacional é baixa em virtude de sua extensão em comparação como outras áreas da cidade do Rio de Janeiro, demonstrando assim, possibilidades de expansão para os mais diversos usos.

Desta feita, o objetivo geral é discutir os padrões de segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro. Deste modo, os objetivos específicos são: observar a produção do espaço urbano carioca no decorrer do tempo e demonstrar o processo de segregação tendo como exemplo o bairro de Campo Grande na cidade do Rio de Janeiro. Temos então as seguintes questões norteadoras: que padrões de segregação são expressos na cidade carioca? Como podemos compreendê-los por intermédio dos contextos históricos subsequentes? O que os dados disponíveis a respeito da renda, grau de instrução nos indicam? A relevância desta pesquisa ocorre diante de novas dinâmicas observadas na metrópole carioca que demandam novas investigações.

A pesquisa foi desenvolvida recorrendo a levantamento bibliográfico e à pesquisa de campo para coletar dados concernentes à segregação socioespacial

evidenciada na cidade do Rio de Janeiro. Também foram elaborados gráficos e tabelas que expressem o processo acima mencionado. O marco temporal escolhido foi o período compreendido entre 1990 e 2009 por conta de a cidade carioca apresentar hoje uma estruturação urbana fragmentada e segregada em virtude não só de seus condicionantes físicos, mas também, como resultado de contextos político-econômicos no decorrer do tempo que é deflagrado pela lógica neoliberal que marca o capitalismo atual. Sendo assim, sua configuração expressa dinâmicas socioespaciais pretéritas e recentes, integradas em uma trama complexa.

Posto isto, o presente texto está estruturado em três partes: a primeira tem a pretensão de demonstrar em síntese a expansão da cidade do Rio de Janeiro de acordo com os momentos do desenvolvimento capitalista, indicando o modelo de produção que a urbe carioca achava-se em cada momento e as formações espaciais que se engendraram bem como as interações entre estas. A segunda parte propõe uma discussão quanto a processos e práticas espaciais destacando a segregação, conceito que compôs um dos suportes da pesquisa realizada por ocasião do mestrado. Por último, por meio de dados estatísticos, pretende-se exemplificar este processo na cidade tendo como foco principal, o bairro de Campo Grande.

1 Campo Grande – A Marcha da Cidade do Rio de Janeiro rumo ao Oeste

Nesta parte, ao considerar as postulações de Smith (1998), pretende-se exemplificar mediante a expansão do espaço urbano carioca e as relações intraurbanas de suas partes funcionais “as tendências contraditórias para a diferenciação e para igualização que determinam a produção capitalista do espaço” que surge no “âmago da produção capitalista” e inscreve-se na paisagem como um “padrão de desenvolvimento desigual” (p.149). Diante disto, podemos percorrer sobre as diferenciações produzidas diante da especulação imobiliária que, com a participação de vários agentes que interferem na produção do espaço (Estado, especulador imobiliário, proprietário de terras) foram criando, de acordo com interesses de acumulação do capital, meios para diferenciar áreas destinadas às camadas sociais de acordo com as suas possibilidades de aquisição de uma mercadoria chamada terra, seja para especulação ou moradia.

Portanto, é feita uma retroação anterior ao recorte temporal indicado na pesquisa com o propósito de compreender o desenvolvimento geográfico

desigual na urbe carioca destacando o bairro em estudo. Sendo assim, retomam-se alguns marcos históricos considerados importantes para contextualizar Campo Grande de acordo com o modo de produção capitalista do espaço. Conforme Harvey (2006), quando disserta que um ponto no espaço não é somente um ponto. Há uma variedade de influências díspares que rondam sobre o espaço no passado, presente e futuro, concentrado e congelado num certo ponto para definir a natureza deste. Por isso, a necessidade de retroagir e buscar elementos que demonstrem tanto a diversidade de ocupação no bairro em estudo quanto a sua especificidade.

Em vista disso, a área em que se encontra este bairro teve a função rural até a década de 1960, sendo considerado após este tempo como incorporado à malha urbana. Desde o início da colonização, o “Campo Grande”² achava-se ligado à Área Central carioca, a princípio por trilhas abertas, que eram menos do que caminhos. Estas trilhas formaram estradas e compõem a antiga Estrada Real de Santa Cruz. Outra via de acesso importante foi decisiva para o incremento da ocupação da área, a ferrovia. O ramal de Santa Cruz da Estrada de Ferro Central do Brasil inaugurado em 1878 partia de Deodoro até o Matadouro de Santa Cruz, sendo que o bairro de Campo Grande teve a sua estação ferroviária construída em 1878. No século XX, num contexto de industrialização do país, foi construída a Avenida Brasil no ano de 1946. Esta via surge sobre aterros na altura de Manguinhos possibilitando mais uma ligação entre a Zona Oeste e a Área Central para o escoamento de produtos agrícolas, possibilitando a instalação de indústrias e um processo mais acelerado de ocupação. Assim, podemos afirmar que o atual bairro de Campo Grande possui três principais vias de acesso: o ramal de Santa Cruz da atual Supervia (antigo ramal da Estrada de Ferro Central do Brasil), a Av. Brasil, e a Av. Cesário de Melo que, junto com a Av. Santa Cruz fazem parte da antiga Estrada Real de Santa Cruz.

As vias de acesso entre o que era cidade do Rio de Janeiro e “o Campo Grande” se efetivaram diante da função que a última exercia em relação

² É importante ressaltar que, o bairro em estudo fazia parte de uma localidade conhecida como o Campo Grande, não o bairro atual de mesmo nome, mas, uma área cuja extensão geográfica estava entre a serra do Gericinó e as serras da Tijuca, Pedra Branca, Bangu e Cabuçu (FRÖES e GELABERT, 2004, p. 92).

à primeira. Uma destas funções era ser zona rural produtora de alimentos e culturas agrícolas que tinham peso econômico a cada época, no contexto agro-exportador. Embora palco de diversas culturas, nas primeiras décadas do século XX, a área em estudo era produtora de laranja visando à exportação. Naquela época houve a subdivisão de fazendas e chácaras em pequenas propriedades, possibilitando a pessoas que vinham de outros estados do país pudessem desenvolver a chamada pequena lavoura. Neste momento histórico, a área passa por modificações em sua forma, de acordo com novas dinâmicas relacionadas aos interesses capitalistas exteriores ao local, promovendo adensamento e condições para novos momentos que substanciaram as diferenciações internas. Com a queda da citricultura, na década de 1930, há o incremento da especulação imobiliária. As pequenas propriedades foram divididas em lotes que estavam ao alcance de pessoas que migravam de diversas áreas do estado do Rio de Janeiro ou operários e funcionários que não tinham condições de morar próximo à área central.

Sendo assim, ao ser incluída no tecido urbano carioca, a área em estudo passou por modificações na sua forma e função em virtude de dinâmicas capitalistas de contexto extralocal, deixando de ser predominantemente rural, sendo urbana cuja função primordial mostrou-se ser residencial, a princípio, para uma camada social com menor poder aquisitivo e, atualmente, para uma classe mais abastada evidenciadas nos tipos de construção. A partir de 1990, os loteamentos ocorrem por incorporadores e especuladores regulares, uma produção imobiliária com características totalmente capitalista, conferindo a Campo Grande uma aparência bastante diversificada na atualidade.

Isto posto, a ocupação do espaço de Campo Grande no decorrer de vários contextos econômicos deu-lhe uma característica heterogênea no que diz respeito à composição habitacional, instigando a necessidade de considerações a respeito do conceito de segregação sócio-espacial a seguir.

2 Segregação socioespacial – algumas considerações

De acordo com o desenvolvimento geográfico desigual, Harvey (1980, p.5) expressa que é através das práticas sociais que se pode apreender “a natureza do espaço e as relações entre processo social e formas espaciais”. Neste momento então, cumpre compor algumas discussões quanto ao processo espacial de segregação engendrado por meio reprodução da sociedade capitalista.

Ao considerar a segregação em seus variados aspectos, suas causas e conseqüências, agentes sociais, percebemos diversas postulações sobre este conceito. Entre estes, destacaremos alguns autores, por exemplo, Villaça (2001) argumenta que o padrão mais conhecido de segregação metropolitana brasileira é o de centro-periferia, onde o primeiro é dotado da maioria dos serviços urbanos (públicos ou privados) e ocupado por classes de alta renda. A periferia, longínqua, “subequipada é ocupada predominantemente por excluídos” (p. 143). Importante destacar nas postulações do referido autor que, estudar a segregação como um processo é “fundamental para compreender a estrutura espacial intraurbana”. Processo este em que as classes sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes *regiões gerais* ou *conjunto de bairros* na metrópole [grifo do autor] (p. 141, 142).

Diante de discussões que serão apresentadas no decorrer deste trabalho quanto ao padrão de segregação que a cidade do Rio de Janeiro apresenta, cabe destacar ainda outras afirmações do referido autor no qual considera que o fato de não haver a “presença exclusiva de camadas da mais alta renda em nenhuma região geral na metrópole” não invalida o padrão núcleo – periferia ou, centro-periferia. Villaça (2001, p. 143) a respeito do assunto postula:

Nada disso altera a tendência à concentração das camadas de mais alta renda naquelas regiões. (...) O que determina, em uma região a segregação de uma classe é a concentração significativa dessa classe mais do que em qualquer outra região geral da metrópole.

A importante contribuição, para esta pesquisa, das postulações de Villaça (2001) está no fato deste discorrer da segregação como um processo e tendência, e que esta é necessária “à dominação social, econômica e política por meio do espaço” (p. 143).

A importante contribuição de Lago (2000) para a abordagem que se apresenta está nas suas considerações sobre outro padrão de segregação urbana apontando este como conseqüência da crise e reestruturação econômica e estatal que o país perpassa desde a década de 1980. A autora aborda a localização das classes sociais opondo o padrão desigual integrado centro-periferia ao novo padrão fragmentado/excludente. Quanto ao primeiro, argumenta que este padrão imperou até os anos 80 numa configuração espacial em que havia concentração de emprego e moradia das classes médias e superiores e dos equipamentos

urbanos de serviços nas áreas centrais em detrimento dos espaços periféricos carentes de forma geral.

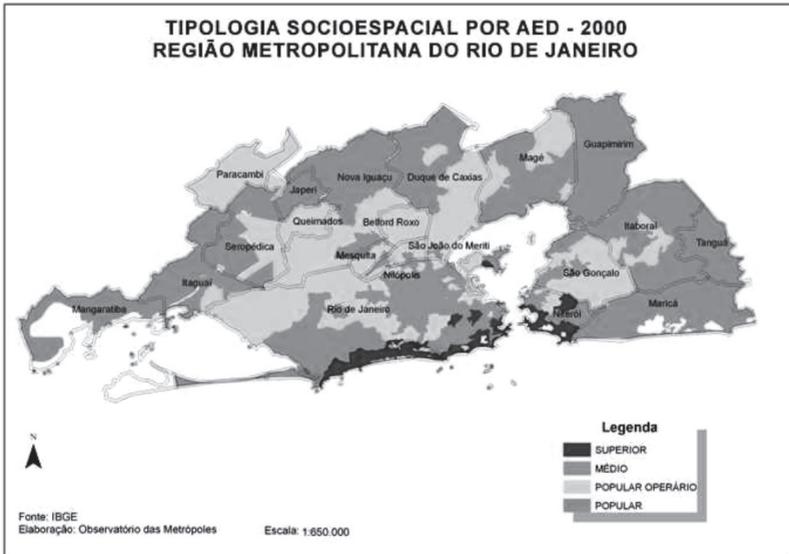
Aponta que este padrão era forma e condição de integração dos trabalhadores pobres como consumidores fundiários junto com a omissão do poder público em conferir pouca ou nenhuma regulação quanto ao uso do solo nas áreas mais afastadas do centro da urbe carioca e que, com poucos investimentos em equipamentos de serviços, atribuía baixo valor a terra tornando-a acessível aos setores da população de baixa renda. É notório nesta fase, a venda e a compra de lotes clandestinos e/ou irregulares somados a autoconstrução caracterizando as áreas periféricas como moradia para a baixa renda.

Nas décadas de 80 e 90, a mesma lógica segregadora se amplia e apresenta uma configuração espacial que irá se reforçar após a crise, ou seja, a proximidade espacial de pobres e ricos na periferia dando um novo aspecto ao tema da segregação urbana. O novo padrão de segregação urbana, conhecido como fragmentado/excludente, reduz a escala e aproxima ricos e pobres, ao passo que diminui as interações dos grupos sociais distintos motivados e “justificados” pelo medo da violência. Esta nova configuração se viabiliza por causa do aumento das desigualdades de renda e exclusão social diante das reestruturações econômicas e políticas.

Entre as tendências quanto à segregação da cidade do Rio de Janeiro após os anos de 1980, a autora aponta: diversificação na periferia pelo aumento significativo das categorias médias sem alterar o elevado peso de proletários; e proletarização de áreas operárias devido à precarização das condições de trabalho como, por exemplo: as favelas espalhadas por todo o tecido urbano carioca (LAGO, 2000, p. 151-156). Porém, com todo o respeito às considerações da autora, até que ponto percebemos nos processos espaciais que são dinâmicos, continuidades e rupturas? Ou seja, até que ponto se pode observar tanto o modelo centro-periferia como o fragmentado/excludente?

Em um de seus textos (2007a), a autora aborda que o primeiro modelo, centro-periferia, se pautava na dimensão espacial das desigualdades de acesso ao trabalho e a moradia, e a bens e serviços urbanos. Enquanto no outro modelo, fragmentado/excludente, houve o foco no efeito das novas configurações espaciais (condomínios, favelas etc.) sobre as formas de interação entre os diferentes. Relacionando local de moradia e trabalho bem como a composição socioespacial da metrópole do Rio de Janeiro, utiliza o mapa 1 a seguir mostrando

uma exemplificação do segundo padrão de segregação². Surge a pergunta: ainda se percebe, analisando esta figura, a permanência do modelo dual? Não estariam as pautas dos dois padrões em recorrência?



Mapa.1 – Tipologia socioespacial por AED – 2000

Fonte: IBGE. Elaboração: Observatório das Metrópoles (2000).

Considerando o mapa acima, podemos notar, com algumas modificações em relação ao que foi trabalhado por Abreu (2006), como será considerado mais adiante. No caso da cidade do Rio de Janeiro hoje existe: a predominância da tipologia de nível superior na Zona Sul, Barra da Tijuca e Recreio, e algumas

² Explicitando as tipologias socioespaciais utilizadas no mapa 2.1, Lago (2007a, p. 9) observa que foram desenvolvidas baseadas em dados censitários de 1980-2000 através de uma análise fatorial entre as categorias sócio-ocupacionais pelas áreas desmembradas da metrópole do Rio de Janeiro chegando a oito tipos socioespaciais: superior, superior médio, médio, médio inferior, operário, popular operário, popular e popular agrícola. Na figura citada, a autora trabalha com quatro englobando estes oito com o objetivo de relacionar a composição sócio-ocupacional de cada área com o todo da metrópole. Ainda, estas categorias envolvem tipos de ocupação envolvendo desde grandes empresários até agricultores.

Avaliando o mapa 1 e a figura 1, podemos inferir que a segregação sócio-espacial sendo um processo dinâmico, no decorrer do tempo, apresenta rupturas e continuidades. Entre as rupturas podemos mencionar a necessidade de observar além do padrão clássico de segregação centro-periferia, por este não contemplar novas dinâmicas socioespaciais como a proximidade espacial concomitante ao distanciamento social observado em muitas cidades brasileiras exemplificada entre as áreas de ocupação popular ao lado de condomínios de luxo, os enclaves, observados assim, pelo padrão fragmentado/excludente. Quanto às continuidades, o padrão dual permanece tendo a Área Central da cidade do Rio de Janeiro, com algumas modificações porque hoje podemos incluir Barra da Tijuca e Recreio, além do centro e Zona Sul. Em relação com o restante da cidade, esta expressa concentrações que ratificam o padrão centro - periferia.

Após estas últimas considerações torna-se claro que a segregação socioespacial é um produto que se efetiva amplamente no espaço urbano e é consolidado através do tempo por causa de diversos ditames sociais, político, econômico e cultural, tendo como agentes efetivos o Estado e as diversas subdivisões do capital, em especial o imobiliário e no caso da segregação residencial, é a expressão mais evidente da segregação sócio-espacial.

Uma vez que se deve considerar as rupturas e permanências na conformidade espacial da segregação na atualidade, estes modelos de análise da segregação espacial em separado se constituem reduções que não abarcam sozinhos toda uma realidade, são somente, e tão somente, modelos analíticos. Neste contexto, ainda pode-se afirmar que os dois padrões de segregação abordados, o padrão desigual integrado centro-periferia e o novo padrão fragmentado/excludente são visões de segregação que não se excluem uma vez que podem ser trabalhados simultaneamente de acordo com a escala. Neste momento da pesquisa tem a pretensão de observar o bairro de Campo Grande principalmente com respeito ao padrão centro-periferia pelo fato de se trabalhar com a relação entre o recorte em estudo e a cidade do Rio de Janeiro, e perceber a distribuição desigual de infraestrutura de transporte público, entre outras.

3 A segregação exemplificada na cidade do Rio de Janeiro

Ao avaliar a segregação segundo o padrão centro-periferia fez-se uma comparação da renda e o grau de instrução predominante entre o bairro de Campo Grande com outros bairros considerados importantes subcentros da

urbe carioca, a saber: Centro, Copacabana, Tijuca, Méier, Madureira, Barra da Tijuca, Santa Cruz e Jacarepaguá (Figura 2).

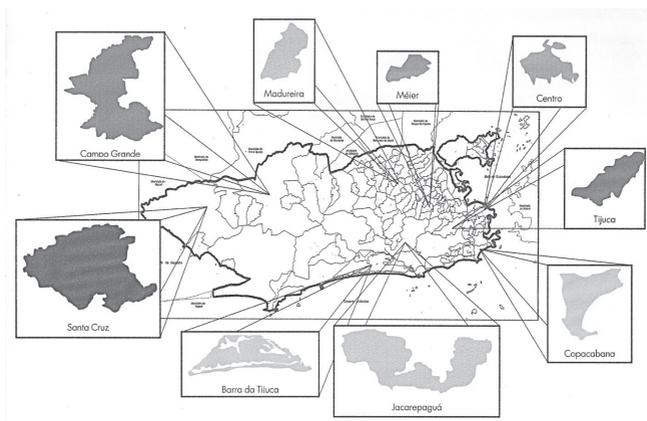


Figura 2 – Bairros do Município do Rio de Janeiro em comparação

Fonte: Armazém de Dados da Pref. do Rio de Janeiro (2009).

Org.: Vânia Regina Jorge da Silva, 12/09/2009.

Cabe ressaltar que dados estatísticos não revelam verdades por si só, mas, promovem indícios fortes que merecem considerações. Portanto, o objetivo em considerar a tendência de concentração a partir da renda e do grau de instrução é revelar a capacidade de estas áreas atraírem ou não a atenção do Estado e de empresas privadas em equipar estas com infra-estrutura que conferem qualidade de vida à população local, levando assim, não só a tendência de concentração, mas também, ratificando o processo de segregação espacial.

Com respeito à renda, a tabela 1 podemos perceber que na faixa até cinco salários mínimos há maior concentração nos bairros de Campo Grande, Madureira e Santa Cruz (65,9%, 60,4% e 83,4%). No bairro do Méier há uma distribuição mais homogênea entre as faixas, porém, com concentração na faixa de cinco a quinze salários (45,0%) e a Tijuca, apresenta um quadro similar, porém, com concentração na faixa acima de quinze salários (38,4%). A Barra da Tijuca desponta ao concentrar 73,0% na faixa acima de quinze salários. As maiores diferenças indicando a segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro ficam em um extremo, Copacabana e Barra da Tijuca e no outro, Campo Grande e Santa Cruz.

Tabela 1 – Moradores em domicílios particulares permanentes por classe de rendimento nominal da pessoa responsável pelo domicílio nos bairros do Rio de Janeiro - 2000 (salário em Real de 2000)

Bairros	Até 5 sal.	% do bairro	De 5 a 15 sal.	% do bairro	Mais de 15 sal.	% do bairro	Total
Copacabana	34.045	23,23	50.951	34,77	65.549	42,0	146.545
Tijuca	47.348	29,18	52.620	32,43	62.308	38,39	162.276
Méier	12.310	24,06	23.039	45,03	15.813	30,91	51.162
Madureira	31.043	60,44	16.856	32,82	3.459	6,74	51.358
Barra da Tijuca	9.851	10,72	14.974	16,39	67.087	73,0	91.912
Campo Grande	195.291	65,88	86.257	29,1	14.866	5,02	296.414
Santa Cruz	159.523	83,42	28.963	15,15	2.735	1,43	191.221

Fonte: Armazém de Dados da Pref. do Rio de Janeiro (2009).

Ainda considerando-se a renda, a tabela 2 demonstra o rendimento per capita por bairros. De modo que, no que se refere à renda, o modelo centro-periferia se apresenta, incluindo Campo Grande e Santa Cruz nesta periferia com tantas disparidades entre faixas de renda e as menores rendas per capita dos bairros considerados. Observa-se as maiores rendas per capita ficam respectivamente com Barra da Tijuca, Copacabana e Tijuca, enquanto que, as menores estão em Campo Grande e Santa Cruz. Corroborando a visão da segregação espacial centro-periferia.

Tabela 2 – Rendimento domiciliar per capita por bairros do Município do Rio de Janeiro – em Reais (R\$) do ano de 2000

Bairros	Rendimento per capita 2000
Copacabana	1.887,34
Tijuca	1.438,51
Méier	1.091,88
Madureira	468,53
Barra da Tijuca	2.722,13
Campo Grande	392,49
Santa Cruz	234,36

Fonte: Armazém de Dados da Pref. do Rio de Janeiro (2009).

A pesquisa de dados por grau de instrução foi feita recorrendo a média de anos de estudo por bairros. Conforme podemos visualizar na tabela 3, constatou-se que as disparidades entre áreas se ratificam, confirmando assim, o padrão de segregação núcleo-periferia. Com respeito aos bairros escolhidos, a maior

média de anos de estudo se apresenta nos bairros da Área Central da cidade do Rio de Janeiro e das áreas mais próximas a esta. Os bairros mais afastados apresentam médias inferiores à do município que é de 8,3 anos de estudo.

Tabela 3 – Média de anos de estudo por bairros do Município do Rio de Janeiro – 2000

	Média de anos de estudo
Copacabana	11,76
Tijuca	11,28
Méier	11,07
Madureira	7,92
Barra da Tijuca	13,25
Campo Grande	7,63
Santa Cruz	6,15

Fonte: Armazém de Dados da Pref. do Rio de Janeiro (2009).

Conforme evidenciado, por meio da renda e grau de instrução, a segregação no padrão centro-periferia se apresenta na cidade do Rio de Janeiro, embora, como mencionado, este processo possui tendências de maneira que, temos expressivas concentrações de faixas de renda mais altas e maior grau de instrução em áreas como Copacabana e Barra da Tijuca. No Centro, Jacarepaguá, Tijuca, Méier e Madureira, temos uma situação intermediária. Ao passo que, nas áreas mais afastadas da Área Central, ocorre a concentração maciça de renda na faixa mais baixa com menor grau de instrução, como é o caso dos bairros de Santa Cruz e Campo Grande.

Conclusão

Diante do exposto, percebemos o bairro de Campo Grande com uma configuração interna bastante diversificada denotando os vários momentos de ocupação que ocorreram. De uma área rural produtora de alimentos para a cidade até a década de 1960, foi incorporada à malha urbana tendo como função primordial a habitação. Esta ocorreu, em um primeiro momento, predominando loteamentos irregulares e/ou clandestinos até a década de 1980 e a partir de 1990 por loteamentos regulares. Possui várias vias de acesso importantes como: Av. Brasil, ramal de Santa Cruz da Estrada de Ferro Central do Brasil, a antiga Estrada Real de Santa Cruz. Hoje, podemos destacar o túnel da Grota Funda que possibilita uma interação maior entre este recorte espacial e a Barra da Tijuca.

Quanto aos padrões de segregação socioespacial, o percebemos em movimento de acordo com as mudanças que ocorrem na estrutura da sociedade. Se pudemos perceber o padrão centro-periferia num contexto do capital industrial, desde a reestruturação econômica e estatal apontadas por Lago (2000), observamos o padrão fragmentado/excludente. Mas, por se tratar de processos, podemos notar rupturas e permanências. Sendo assim, de acordo com a escala estudada, ainda observamos resquícios do padrão anterior intervindo no padrão subsequente. Afirmamos que, podemos trabalhar com os dois padrões ou a partir de um deles, de acordo com os intentos da investigação. Nesta pesquisa, privilegamos o padrão centro-periferia por acreditar que este ainda descreve a realidade da cidade do Rio de Janeiro. Desta feita, tanto ao considerar as postulações de Lago (2000) como os dados disponíveis, nós ainda encontramos uma concentração significativa de menor renda grau de instrução em bairros mais afastados da área central, como Campo Grande e Santa Cruz.

Como destacado no início deste trabalho, a área em discussão encontra-se em pleno processo de reconfiguração diante de reestruturação em curso no estado do Rio de Janeiro. Podemos destacar novamente a Companhia Siderúrgica do Atlântico em operação no bairro de Santa Cruz, vizinho do bairro de Campo Grande, o porto de Itaguaí e o túnel da Grota Funda, a construção do anel rodoviário que ligará o porto de Itaguaí tanto às áreas produtoras de petróleo do Rio de Janeiro como aos estados de São Paulo, Minas Gerais e Bahia. Diante disto, observa-se nesta parte da Zona Oeste carioca, que compreende as RAs de Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz, uma intensa especulação imobiliária tanto para classe média como popular e construção de shopping centers. Sendo assim, novas questões são suscitadas: como a configuração observada até aqui interferem nas transformações que estão em curso? O que os dados do último censo podem nos indicar quanto a uma reconfiguração socioespacial nesta área de pesquisa? Que lógicas estão em operação além da urbano-industrial? Estas entre outras, demandam novas investigações.

Referências

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana no Rio de Janeiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: IPP, 2006. 156 p.

FRÓES, José Nazareth de Souza; GELABERT, Odaléa R. E. *Rumo ao Campo Grande: por trilhas e caminhos*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2004. 235 p.

HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980. 290 p.

HARVEY, David. *Spaces of global capitalism: towards theory of uneven geographical development*. London: Verso, 2006. p. 117-148.

LAGO, Luciana Corrêa do. *Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise*. Rio de Janeiro: Revan, 2000. 240 p.

LAGO, Luciana Corrêa do. Trabalho, moradia e (i)mobilidade espacial na metrópole do Rio de Janeiro. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, n. 18, p. 275-293, 2º semestre, 2007.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura. *Bairros cariocas*. Disponível em: <<http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br>>. Acesso em: 10 abr. 2009.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual, natureza, capital e produção do espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Estúdio Nobel, 2001. 373 p.

Data da submissão: 01/08/2013

Data do aceite: 26/09/2013